COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 6.851, de 2010 (Apensados PL's nºs. 4.196, de 2008 e 985, de 2011)

Altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado SILVIO COSTA

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público o presente projeto de lei que altera a Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que institui o Vale-Transporte, para dispor sobre o seu custeio e estabelecer que o vale-transporte será custeado integralmente pelo empregador.

A Proposição foi despachada à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio antes desta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, além da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Apensados estão os Projetos de Lei:

- nº 4.196, de 2008, de autoria do ex-Deputado Silvinho Peccioli, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que "Institui o Vale-Transporte e dá outras providências", para eliminar a

previsão de desconto no salário do trabalhador em razão do recebimento do Vale-Transporte; e

- nº 985, de 2011, de autoria do ex-Deputado Assis Melo, que revoga dispositivo da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, que "Institui o Vale-Transporte e dá outras providências", para isentar o empregado de participação nos custos desse benefício.

Durante o prazo regimental, foram oferecidas emendas duas Emendas nesta Comissão ao Projeto de Lei nº 4.196, de 2008, apensado. A EMC nº 1/2008, de autoria do Deputado Milton Monti e a EMC nº 2/2008, proposta pelo Deputado Carlos Santana.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Analizamos o presente projeto de lei que, em seu art. 1º, confere nova redação ao art. 1º da Lei nº 7.418 de forma a estabelecer que o empregador, pessoa física ou jurídica, custeará integralmente o Vale-Transporte e, em seu art. 2º, revoga o parágrafo único do art. 4º do referido diploma legal que atualmente estabelece que o empregador participará dos gastos de deslocamento do trabalhador com a ajuda de custo equivalente à parcela que exceder a 6% (seis por cento) de seu salário básico.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio a proposição foi rejeitada.

Entendeu aquela Comissão que “o pagamento integral dos vales pelo empregador poderia resultar em um significativo incentivo para que, no momento da contratação, fosse conferido tratamento diferenciado a trabalhadores em decorrência da distância de suas residências ao local de trabalho. Em outras palavras, a empresa poderia passar, em alguma medida, a preferir empregados que residissem em locais mais distantes por representarem um maior custo empresa”.

Concordamos com tal entendimento emanado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. O projeto, além de provocar o repasse desse custo aos produtos, encarecendo-os aos consumidores

finais, principalmente para o trabalhador de baixa renda, poderá resultar no desestímulo à contratação de empregados cujas moradias são distantes da sede da empresa, a fim de não terem de custear o transporte coletivo totalmente. Portanto, é possível vislumbrar que o projeto é de cunho discriminatório, quanto à oportunidade de emprego.

De modo semelhante, tal oneração a ser posta às empresas apenas contribuiria para a informalidade, criando distúrbio num sistema que atualmente se mostra eficaz se tal inovação.

A EMC nº 1/2008-CTASP oferecida ao Projeto de Lei 4.196, de 2008, onera ainda mais a folha de pagamento prejudicando a manutenção do emprego em período de crise econômica, de modo que somos por sua rejeição. O mesmo se aplica à EMC nº 2/2008 que tem propósito semelhante.

Diante do exposto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 6.851 de 2010, de seus apensos os Projetos de Lei nºs 4.196, de 2008, bem como das Emendas nº 1 e 2 a ele apresentados, e 985, de 2011.

Sala da Comissão, em de setembro de 2015.

Deputado SILVIO COSTA
 Relator